

Fronteiras instáveis e alianças cambiantes: a ocupação colonial do Guairá e as relações entre Villa Rica del Espiritu Santo e São Paulo de Piratininga entre os séculos XVI e XVII

por

José Carlos Vilaradaga¹

UNIFESP/CNPq

Este artigo procura situar a ocupação colonial da região do Guairá, parte da Província do Paraguai e do Rio da Prata, nos debates sobre fronteiras, expansão e disputas coloniais no espaço platino entre a segunda metade do século XVI e a primeira do século XVII. Busca-se compreender a dinâmica de criação de vilas e cidades, a instalação das reduções jesuíticas no mundo guaireño, as relações com os indígenas e os intercâmbios da região com a América portuguesa, especificamente com a vila de São Paulo, analisando o jogo de relações entre os diversos agentes entrelaçados naquele contexto regional. Dessa maneira, quer-se romper com uma visão unicamente marcada pelo conflito, pelas rivalidades ibéricas ou pelo vazio geográfico, entendendo o Guairá entre os séculos XVI e XVII como um espaço dinâmico, no qual articularam-se grupos indígenas, portugueses, espanhóis e missionários em tratos e alianças, em grande parte cambiantes.

PALAVRAS-CHAVE: *Guairá; Paraguai colonial; história conectada; fronteira.*

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO / CITATION: Vilaradaga, José Carlos, “Fronteiras instáveis e alianças cambiantes: a ocupação colonial do Guairá e as relações entre Villa Rica del Espiritu Santo e São Paulo de Piratininga entre os séculos XVI e XVII”, *Revista de Indias*, LXXIX/277 (Madrid, 2019): 659-695. <https://doi.org/10.3989/revindias.2019.019>.

No ano de 1632, uma vila de origem castelhana localizada na confluência dos rios Corumbataí com o Ivaí, na região conhecida como Guairá —jurisdição da Província do Paraguai—, foi cercada por “portugueses de San Pablo”. Conforme uma “advertência” produzida mais de trinta anos depois, em 1664,

¹ zecavilaradaga@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-8245-7837>.

sob inspiração dos jesuítas, os moradores da pequena Villa Rica del Espíritu Santo estavam famintos e, em desespero, se viram forçados a abandonar a vila. Para tal, teriam contado com a piedosa e firme liderança do bispo do Paraguai, D. Frei Cristóvão de Aresti que:

Salio con un Cristo en las manos y acompañado de clérigos animando a los espanoles todas las veces que acometieron a la dicha vila y viendo lo peligro y que no podian resistir a enemigo tan poderoso, el sr bispo recogio toda la giente de índios, espanoles, mugeres, y niños, que pudo, y los retiro desta parte del Parana.²

Num outro documento, de 1689, o neto da autoridade civil de Villa Rica à época dos acontecimentos mandou providenciar um *informe* sobre a progressiva atuação do avô. As testemunhas são unânimes em afirmar que o tenente Francisco Benitez decidiu, em conjunto com os outros moradores, trasladar a vila depois de se verem sem alternativas de sobrevivência, mas só depois que os “portugueses de São Paulo” levantaram o cerco, temerosos da presença do bispo. Alegavam ainda que os agressores ofereceram aos moradores da vila guairenha a possibilidade de migrarem todos para as proximidades da vila de São Paulo, onde receberiam todos os favores, inclusive índios de serviço.³ A oferta teria sido recusada por ele, mas não por outros.⁴

O episódio do traslado da vila é mais um dos que compõe a conturbada história de Villa Rica del Espíritu Santo. Ela se mudou, ao longo de pouco mais de um século, sete vezes até se instalar no centro sul do Paraguai, nas proximidades da cordilheira do Ybytyryzu, onde se encontra atualmente. Um de seus primeiros historiadores, Ramon Cardozo, chegou a alcinhar a vila de *andariega*, visto suas constantes mudanças de assentamento.⁵

Os dois documentos, apesar de explicitarem o mesmo destino, traçam cenários muito distintos de relações. No primeiro, mais afeito ao sagrado, os moradores de Villa Rica são vítimas indefesas da fúria dos “portugueses de *San Pablo*”, sendo salvos pela liderança espiritual do bispo.⁶ No outro, sinais de alguma cumplicidade são visíveis nas supostas propostas de acordo. A se

² Cortesão, 1951: 396-397: “Sobre os motivos que levaram os padres da companhia de Jesus a mudar as reduções do Guairá e aprovação oficial dessa mudança” (1666).

³ Archivo General de Indias, Sevilla, Charcas, 108, 3, *apud* Jensen, 2009: 248-256.

⁴ A mesma proposta fora feita aos moradores da diminuta vila de Santiago de Jerez, mais ao norte, e quase todos a abandonaram naquele mesmo ano de 1632 e se foram para a vila planaltina.

⁵ Cardozo, 1938.

⁶ A pesar de utilizarmos o termo “paulista”, ele não faz parte do vocabulário coevo. Os termos comuns são: “portugueses de São Paulo” ou “moradores de São Paulo”. Em alguns casos surge a expressão “mamelucos de São Paulo” em tom nitidamente pejorativo.

conhecer o passado deste Benitez, esses indícios se tornam ainda mais fortes e plausíveis. Em 1604 ele teria ido a São Paulo por terra transportando “*vino y mercadorias*” e dali retornou trazendo, ilegalmente, três portugueses. Ainda em São Paulo, quase acertou casamento com a filha de um castelhano que ali residia. O casamento não prosperou, mas Benitez aparentemente manteve boas relações com a vizinhança em terras portuguesas.⁷ Anos depois, em 1631, em meio aos assédios das bandeiras que partiam da vila paulista, ele foi acusado de receber um bilhete de um certo Cristovão Diniz, morador de Santana de Parnaíba, vila vizinha de São Paulo, e abandonar o posto ao livre assédio dos bandeirantes.⁸ Nessa mesma época, foi acusado pelos jesuítas das reduções de servir ao mal-intencionado governador do Paraguai, Luis de Céspedes e Xeria, levando mensagens aos moradores de São Paulo.⁹

O episódio do despovoamento de Villa Rica explicita algumas das grandes tensões interpretativas a respeito da história da fronteira guairenha. Além de demonstrar cabalmente que qualquer percepção de um *no man's land* não faz sentido, coloca em oposição uma vertente que, com tonalidades variadas, compreende a chegada dos bandeirantes como uma irrupção violenta e motivada inclusive por rivalidades ibéricas, e outra, que vislumbra graus distintos de aproximação entre colonos ibéricos, índios e jesuítas em terras do Guairá. Para esta última, com a qual nos alinhamos, redes de relações —familiares, comerciais, políticas— se entrecruzariam na conformação de um espaço gradativamente ocupado por uma teia de vilas, reduções e lugares de produção, costuradas por caminhos fluviais e terrestres. Estas relações, variáveis conforme as conjunturas locais, regionais e imperiais, podem alternar da aliança ao conflito aberto.

Assim, a série de relações de um morador de Villa Rica, como Benitez, com a vila vicentina, não pode, nem deve ser considerada fortuita e isolada. Elas revelam, outrossim, um universo ambíguo de alianças, interesses e conflitos que dificilmente se explicam a partir dos grandes tratados diplomáticos ibéricos ou nas supostas rivalidades geopolíticas trançadas nas cortes, mas sobretudo explicitam como as fronteiras coloniais americanas se formaram a

⁷ “Proceso obrado en la Villa rica del espiritu santo, contra el capn. Franco. Benitez, por haver metido três portugueses por la via de San Pablo. Año 1616”, *Bandeirantes no Paraguai...*, 1949: 23-45.

⁸ “Testimonio de autos hechos em la Villa Rica del Espiritu Santo desde el 21 de Julio al 12 de agosto de 1631 contra el capitán Francisco Benitez”, in *Anais do Museu Paulista*, 1922: 318-353.

⁹ “Razões que se contestam ao Governador do Paraguai D. Luis de Céspedes Xeria por haver proibido aos jesuítas a passagem pelo caminho do salto do Guairá, 1631”, in *Cortesão*, 1951: 389-398.

partir de interesses múltiplos e agentes variados, envolvidos no cotidiano das alianças familiares, trocas comerciais, práticas de missionação e conflitos e negociações indígenas.¹⁰ Analisar o Guairá à luz de uma historiografia recente que problematiza as tradicionais visões extemporâneas e formais de fronteira, bem como desvelar parte dessas tramas cotidianas nas primeiras décadas do século XVII —um tempo decisivo na conformação do espaço guairenho colonial—, são os objetivos centrais deste artigo.

FRONTEIRA GUAIRENHA

A região do Guairá, parte da bacia platina, costuma ser localizada, grosso modo, num território limitado ao sul pelo rio Iguaçu, ao norte pelo Paranapanema, a oeste pelo rio Paraná e ao leste pelo impreciso e discutível “Tratado de Tordesilhas”. A seguir um de seus primeiros estudiosos, Ramon Cardozo, pode-se localizar o limite leste do Guairá nas serras do Guarayrú, entre as nascentes do rio Ivaí e o rio Tibagi. Ressalte-se, contudo, que a vila de Santiago de Jerez, bem mais ao norte dos limites aqui apontados, era entendida como parte da por vezes chamada “Província do Paraguai e Guairá”. Assim, as marcas das histórias nacionais e regionais incidiram sobre as tentativas de precisar um espaço que efetivamente era bastante impreciso e dinâmico.¹¹ Seja como for, a região era formada por uma teia de rios, como o Piquiri, Ivaí, Corumbataí, Paranapanema, Pirapó, Tibagi e Natingui, que serviram largamente aos deslocamentos e aos assentamentos humanos.¹² Era o centro de uma vasta população guarani, “poblados por aí por rios y montañas, como en los campos y pinares que corren hasta San Pablo.”¹³

Acredita-se que há cerca de 6000 anos grupos pré-ceramistas já se instalaram na região, e há 2000 anos populações falantes do guarani ocuparam a bacia do Paraná e seus afluentes. Os Guarani procuravam as margens dos rios alagáveis, com terras férteis para a prática da agricultura de *coivara*. Mas apesar dessa “invasão” Guarani, a região tinha também outros grupos caçadores coletores e ceramistas.¹⁴ O rio Paranapanema, na junção com o Paraná, é considerado a porta de entrada para o sul do Brasil, e território ocupado por

¹⁰ Herzog, 2015.

¹¹ Os mapas contemporâneos fazem, de modo geral, coincidir os limites norte, leste e sul do Guairá com os atuais limites do Estado brasileiro do Paraná.

¹² Cardozo, 1938.

¹³ Guzmán, 1980: 84-85.

¹⁴ Pusinere e Zalazar, 2014.

Guarani e Jês do sul, como os Kaingang e Xokleng.¹⁵ Bartolomeu Meliá estimou em 1,5 milhões de índios Guarani no Guairá por volta do século XVI, subdivididos em diversas etnias, como os Guarambarenses, Itatim, Cariós, Tobati, Guarambaré, Mbaeverá, dentre outras.¹⁶ Ao norte do Guairá, os Guaiçuru ou Paiaguá dominavam a região. No século XVI, o território (*guará*) era controlado por diversos *morubixabas*, se bem que suas funções políticas ainda causam certa controvérsia.¹⁷

O rio Paranapanema era, antes mesmo da chegada de europeus à região, uma espécie de fronteira étnica, indígena, que delimitava as áreas de influência Tupi, mais setentrional, e Guarani, meridional.¹⁸ Sugere-se que entre os dois grupos viviam ainda os Temiminó, um ramo Tupi.¹⁹ Ao longo dos dois primeiros séculos de colonização, na medida mesmo em que os Tupiniquim se tornaram aliados primordiais dos portugueses e os Guarani dos castelhanos, esse dado fronteiriço ganhará um complicador a mais, sobrepondo aos antigos conflitos tupis-guaranis novas disputas e rivalidades coloniais. O relato do soldado alemão Ulrich Schmidt, de 1552, que foi de Assunção a São Vicente por terra, é claro em revelar como a territorialidade tupi-guarani era marcante na compreensão daqueles espaços. Na ocasião em que passa pela região guairenha, se refere explicitamente em terras de Cario como sendo de espanhóis e terras de Tupi como de portugueses.²⁰ Ainda em 1584, o padre Anchieta em suas *Informações* mencionava os “índios carijós que são das Índias de Castela.”²¹ Aparentemente, as conformações territoriais coloniais eram em parte condicionadas pelos territórios indígenas e as alianças possíveis, e conjunturais, feitas entre colonos e índios. Dessa maneira, uma das primeiras percepções necessárias sobre a fronteira guairenha é seu sentido étnico, poroso, dinâmico e instável por excelência.²² Ademais, fica em aberto uma análise mais aprofundada sobre a conformação das fronteiras coloniais naquela região como profundamente influenciadas pelas fronteiras étnicas, denotando a agência indígena na dinâmica da colonização.

É nesta região que os colonos, lusos e castelhanos, foram, aos poucos, se estabelecendo. Na interação, negociação e conflito com estes grupos indíge-

¹⁵ Chagas e Mota, 2011.

¹⁶ Meliá, 1988.

¹⁷ Monteiro, 1982: 475-498.

¹⁸ Prous, 2007. Brochado, 1989: 65-82.

¹⁹ Prezina, 2010. O autor faz um ótimo balanço das fronteiras indígenas no “sertão”, da forma como foram percebidas pelos cronistas.

²⁰ Schmidl, 1950.

²¹ *Cartas, Informações...*, 1933.

²² Barth, 1998.

nas, moldou-se um primeiro espaço fronteiriço colonial no Guairá que, desde meados do século XVI, tornou-se uma zona de contato da expansão colonial portuguesa e castelhana, realidade que só se incrementou com a confusa situação jurisdicional na União Ibérica (1580-1640). Ademais, no começo do século XVII, a área foi uma das pioneiras da atuação missioneira jesuítica nas Américas, o que trouxe à dinâmica colonial regional mais um agente decisivo para o estabelecimento de alianças, o desencadeamento de conflitos e a modulação das fronteiras do Guairá. O território guaireño era formalmente parte da jurisdição da Província do Paraguai e do Rio da Prata, e no contexto específico da união das coroas ibéricas presenciou tanto situações de complicidade e aliança, quanto de embate e violência.²³

Analisar essa fronteira guaireña nos projeta, inicialmente, no centro de vários dos debates sobre a própria temática fronteiriça nas Américas. Em geral, até a década de 1980 prevaleceu, entre os historiadores que analisaram as fronteiras latino-americanas, uma visão expressa pelas narrativas históricas de forte cunho nacional e, sobretudo preocupadas em construir retrospectivas de conflitos militares e tratados diplomáticos. Estes, gradualmente moldariam o que viriam a ser os limites fronteiriços dos Estados Nacionais a partir do século XIX.²⁴ Como consequência, acabaram por relegar a segundo plano, ou simplesmente elidiram a presença indígena nestes espaços que configuravam as franjas dos impérios coloniais prenunciadores das fronteiras nacionais. Nesse sentido, os estudos clássicos de Jaime Cortesão qualificaram o Guairá como uma “terra de ninguém”. Na interpretação deste historiador, marcada pela lógica de uma consciente disputa geopolítica entre castelhanos e lusitanos em terras americanas, aquele espaço estava “destinado” a pertencer aos portugueses de São Paulo. Conforme o autor, os paulistas se sentiam donos do Guairá pela:

Precedência na expansão e pela herança cultural recebida dos indígenas, seus aliados, os legítimos senhores daquela região intimamente articulada à sua por um

²³ A Província do Paraguai e do Rio da Prata foi desmembrada em duas no ano de 1617. Em função de seu “gigantismo”, propostas de separação começaram a surgir ainda no final do século XVI e, em algumas delas, propunham até mesmo a incorporação da vila de São Paulo. A separação geográfica —e quase “salomônica”— entre o que veio a ser a Província do Paraguai (e do Guairá), com sede em Assunção, e a Província do Rio da Prata, com sede em Buenos Aires, previa a distribuição de quatro vilas para cada uma. Ao Paraguai, além de Assunção, coube Villa Rica, Ciudad Real e Santiago de Jerez. Ao Rio da Prata, Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes e Concepción de Bermejo. Vilardaga, 2014.

²⁴ Prado, 2012: 319.

sistema circulatório, que tinha raiz em São Vicente, as duas fundidas numa unidade geográfica, ainda mais vasta, e que eles procuravam realizar.²⁵

Dessa forma, o lugar seria também uma área de transição geográfica e tornar-se-ia uma zona de trânsito, fronteira e “destinada a ser um campo de batalha”. Na perspectiva nacional aí embutida, a fronteira colonial funcionaria como um limite territorial brasileiro retrospectivamente conquistado pelos paulistas. Nessa interpretação, reforça-se uma ideia de que espaços ainda não territorializados seriam lugares vazios, como *no man’s land*.²⁶ Claro deve estar que esta percepção dialogou fortemente com uma tradição historiográfica produzida em São Paulo que exaltava a figura do bandeirante como alarador das fronteiras brasileiras.²⁷ A visão sobre o Guairá como um lugar “vazio” também esteve presente, mesmo que de modo colateral, em abordagens mais conectivas, já que compreenderam aquele espaço sobretudo pela sua dimensão de “zona de passagem para os territórios do Alto Peru.”²⁸

Outra das tradicionais formas de se pensar a fronteira nas Américas — que repercute nas análises sobre o espaço guaireño — foi transformá-la em espaço naturalmente tendente à violência e à contravenção. Regiões perigosas e palco de bandidos e malfeitores.²⁹ Seguindo essa linha, na visão de um historiador, o Guairá foi uma verdadeira “fronteira de transgressão”, espaço de “relações comerciais ilícitas, de tráfico humano e de corrupção de costumes, que passaram a desafiar as estruturas hegemônicas da sociedade de conquista”. Nesse sentido, as missões religiosas viriam “frear o colonialismo interno, a miscigenação, o hibridismo cultural e para firmar as bases da Igreja e do Estado”.³⁰ Esta visão, tributária também de certa percepção de vazio, analisa o espaço fronteiro a partir de uma ausência, qual seja, a do Estado, que não conseguiria se efetivar nas franjas da expansão colonial.

Na historiografia paraguaia, a visão sobre a região também carregou as marcas da lógica nacional. As percepções de um lugar de transição ou de simples vazio colonial deram lugar à de uma “region aislada dentro de una

²⁵ Cortesão, 1958: 47.

²⁶ Pensamos aqui numa perspectiva que torna diferentes o conceito de *espaço* e de *território*, sendo o segundo sempre posterior ao primeiro, e resultado da intervenção e demarcação do espaço pela via institucional e/ou estatal. O espaço é mais impreciso, dinâmico e articulado por relações entre sujeitos, e entre sujeitos e a natureza. Raffestin, 1993. Moraes, 2000.

²⁷ Ellis, 1926. Taunay, 1924-1950.

²⁸ Canabrava, 1984: 133.

²⁹ Slatta, 2012: 377.

³⁰ Schallenger, 2012: 34-35.

governacion empobrecida.”³¹ Para Efrain Cardozo, assim como fora para Ramón Cardozo, era um dos locais mais ricos de toda a Província do Paraguai, e a mais povoada. Em geral, preocuparam-se em entender porque tal território, tão promissor, fora “subtraído” das dominações castelhanas e, portanto, do que viria a ser a nação paraguaia.³² Alternando culpados, entre bandeirantes e jesuítas, a interpretação predominante foi de que a região, destinada a pertencer ao Paraguai, escapara entre os dedos. Nesse sentido, vale referenciar a obra de Julio César Chaves que, num interessante diálogo com a obra de Sérgio Buarque de Holanda, situa o Guairá na convergência das órbitas de influências de Assunção e São Paulo, numa espécie de movimento pendular que termina por recair favoravelmente, e lamentavelmente, sobre a segunda.³³

Neste artigo, buscamos pensar o espaço guaireño a partir de sua efetiva ocupação. Assim sendo, suas fronteiras devem ser percebidas a partir de seu sentido histórico, aberto, multifacetado e definitivamente não linear.³⁴ Entender o universo de relações sociais e econômicas tecidas ali ao longo de quase um século nos permite compreender a fronteira enquanto um espaço dinâmico e em construção, no qual os mais diversos agentes atuaram no sentido tanto de promover alianças, tratos e intercâmbios, quanto na gestação e desencadeamento de conflitos. Para além dos protagonismos e desejos da Monarquia Católica, os espaços se organizaram e ganharam sentidos e contornos —não necessariamente estáveis— no cotidiano das relações sociais e econômicas.³⁵ Dessa forma, as conexões que buscaremos analisar aqui tem muito mais a ver com relações regionais, entre espaços considerados “marginais”, do que com perspectivas mundializadas.

MANCEBOS DE LA TIERRA, CONFLICTOS E ENCOMENDAS

A expansão dos castelhanos em direção ao Guairá, anterior à portuguesa, se deu a partir de Assunção, conhecida como “la ciudad madre de las ciudades”, e ocorreu ao longo do século XVI em movimentos sucessivos.³⁶ A partir da vila assuncenha fundaram-se naquela direção Ontiveros (1554), Ciudad Real del Guairá (1556), Villa Rica del Espiritu Santo (1570) e finalmen-

³¹ Jensen, 2009: 13.

³² Cardozo, 1938. Cardozo, 1996.

³³ Chaves, 1968. Holanda, 1986.

³⁴ Langfur, 2014.

³⁵ Herzog, 2015.

³⁶ Fretes, 1942.

te Santiago de Jerez (1593), esta última mais ao norte, no atual Estado brasileiro do Mato Grosso do Sul. As razões para esta expansão são múltiplas.

Durante muito tempo quis-se fazer crer que as motivações para a expansão castelhana foi um plano consciente e bem coordenado de ocupação de territórios numa disputa geopolítica com Portugal. Nesse sentido, na década de 1550, o governador do Paraguai, Domingos de Irala, teria obedecido a critérios geopolíticos nas ordens que deu para que seus capitães fundassem vilas no Guairá. Em paralelo, o governador geral do Brasil, Tomé de Souza, agiria na mesma direção na Capitania de São Vicente, consolidando o controle sobre o litoral e o planalto nas áreas portuguesas. A simultaneidade da fundação de Ontiveros (1554) e Santo André da Borda do Campo (1553) —duas vilas curiosamente abandonadas logo depois— parece reforçar o argumento. Efetivamente, se visto em sentido retrospectivo, a região parece ter sido o cenário primordial, até o século XVIII, das inúmeras disputas de fronteiras de expansão lusitana e castelhana na América Meridional. Contudo, pode-se concordar com Sérgio Buarque de Holanda que, ao analisar tal tendência interpretativa, a questionava, pois ela tendia a transformar “pequeninos incidentes históricos não raro discrepantes” em processos coerentes e emoldurados.³⁷

Nessa linha, devemos nos atentar para a ocupação inicial do Guairá considerando, acima de tudo, seus aspectos conjunturais e o jogo de forças estabelecido na realidade regional. O primeiro assentamento espanhol na região do Prata foi o forte de *Sancti Spiritus*, fundado em 1527 por Sebastian Gaboto. Os portos e as fortificações de Buenos Aires, de *Corpus Christi* e de Candelária, fundados em 1536, abriram o caminho para que Juan de Salazar Spinoza e Gonzalo de Mendoza fundassem o de Assunção em 1537, já no rio Paraguai. Este forte logo se tornou vila em função da consolidação da presença castelhana, processo este resultante das alianças feitas com os Guarani que habitavam a região. A vila prosperou graças à abundância de madeiras e dos campos dos arredores que foram ocupados por gado. As lavouras de milho, cana-de-açúcar e as vinhas proporcionaram aos colonos uma base produtiva para a gradativa exploração do trabalho compulsório indígena em forma de *encomiendas*.

O desenvolvimento de Assunção ganhou alguns contornos que podem ser estendidos para os espaços guairenses nascidos, em última instância, de levas de colonos saídos do centro assuncenho. Na paisagem humana regional se tornou marcante a presença dos chamados *mancebos de la tierra*, jovens

³⁷ Holanda, 1986: 90.

mestiços que passaram a compor o grosso da população de moradores.³⁸ Para desespero dos padres que visitaram ou atuaram na região, o lugar era conhecido como “*parahiso de mahoma*”, pois a média de sete mulheres indígenas por branco espanhol tornava a poligamia paraguaia mais escandalosa que a islâmica, nos dizeres do indignado padre Francisco Paniagua, em 1545. O padre Martin Gonzalez, em 1575, calculou em cerca de dez mil mestiços para 280 espanhóis, velhos, a proporção de habitantes no Paraguai, o que seria, segundo ele, uma das causas principais de certa índole pecadora e turbulenta dos colonos. Mas se os padres pareciam se incomodar com tal presença, os oficiais reais Eyzaguirre e Olaberriega, em 1580, diziam que ainda que não tivessem espanhóis em número suficiente para povoar a região, pouco atrativa aos colonos peninsulares, a boa multiplicação de povoadores se fazia por “*nuestros hijos nacidos en la tierra*”.³⁹

Prevaleceu na região um assentamento castelhano feito na base da mestiçagem, propiciada largamente pelo chamado *cuñadazgo* (cunhadismo), “prática amplamente extendida entre los españoles y guaraníes de los alrededores de Asunción (...) a través de la cual y según las reglas de reciprocidad guaraní, otorgaban sus mujeres a los hispanos a cambio de diversas mercancías” e alianças políticas.⁴⁰ Os espanhóis se aliavam aos caciques através da reunião carnal com suas filhas, formando amplas redes de interdependência. Ressalvese, contudo, que tal análise não pode escamotear a violência embutida na aproximação entre colonos e indígenas, visto que uma interpretação de certa docilidade guarani prevaleceu na mitologia nacional paraguaia durante muitos anos. A sucessão e constância de revoltas indígenas no Paraguai desde a década de 1530 de certa forma denotam a conflitividade que permeou estas relações.⁴¹

É, contudo, no final do século XVI, com os sistemáticos trabalhos nos ervais, que até mesmo estas precárias e instáveis alianças passam a sofrer seus mais sérios dissabores. Como afirma John Monteiro, elas desmanchavam-se “em face do desenvolvimento de práticas e instituições espanholas que visavam maximizar a exploração da mão de obra nativa.”⁴²

Uma outra marca importante da colonização regional foi o clima turbulento e os sucessivos conflitos e disputas armadas entre facções de colonos. A causa principal era sempre atrelada ao poder político que permitia a distribui-

³⁸ Machain, 2005.

³⁹ *Apud* Cardozo, 1996: 355.

⁴⁰ Perusset, 2009: 994.

⁴¹ Estragó, 2014.

⁴² Monteiro, 1982: 483. Ver também Armemi, 1996.

ção de *encomiendas* e o acesso à mão de obra indígena. Estas disputas estão intimamente associadas ao processo mesmo de irradiação das cidades que, ao final, serviam para aliviar as tensões políticas, econômicas e sociais no núcleo original. O primeiro grande embate aconteceu já em 1544, entre os seguidores do governador recém-chegado, Cabeza de Vaca, e o influente Domingos de Irala, presente na região desde 1534. A vitória de Irala, que acabou enviando Vaca preso à Espanha, cindiu os conquistadores. O grupo de aliados do governador destituído era composto por homens como Juan de Salazar Espinosa, Garcia de Vergara (fundador de Ontiveros), Diogo Abreu, Alonso Riquelme e Ruy Diaz de Melgarejo (fundador de Ciudad Real e Villa Rica). Era uma facção bastante forte e promoveu levantes em 1548 e 1552, sendo, contudo, derrotada por Irala em todas as ocasiões. Domingos de Irala acabou formando, aos poucos, o que ficou conhecido como uma *yernocracia*, já que adotou a prática de casar suas filhas com aliados e também com muitos de seus desafetos, como Vergara e Riquelme.⁴³

As disputas pelas *encomiendas* e distribuição dos *repartos* entre os “velhos” conquistadores e os “novos”, tanto adventícios quanto as primeiras gerações de *mestizos*, alimentavam as disputas entre as facções. Nesse sentido, o Guairá, onde habitava uma densa população Guarani, permitia o prolongamento das alianças e redes de subordinações de inúmeras tribos indígenas, configurando, portanto, um importante potencial para futuras *encomiendas*.⁴⁴ Isso serviria para aliviar parte das tensões através da expansão das fronteiras e fundação de novos *pueblos* e vilas, que se definiam pelo acesso a índios ainda não repartidos. Além do mais, as possibilidades de expansão dos conquistadores rumo ao Peru, alvo maior da cobiça destes colonos nos primeiros anos, parecia cada vez mais inacessível na medida em que a Espanha tentava proibir novas expedições naquela direção em 1552.⁴⁵

Domingos de Irala governaria o Paraguai até sua morte, em 1556. Poucos anos antes, em 1552, em meio a graves conflitos políticos, ele fez uma grande entrada na região do Guairá a pedido de seus aliados Guarani. Nessa incursão enfrentou índios Tupi acima do salto do rio Paraná. Foi nessa circunstância que enviou uma carta ao rei alertando da necessidade de promover um assentamento estável, visto que portugueses se aproximavam da região em busca de escravos indígenas. De qualquer modo, percebeu as facilidades da rota terrestre-fluvial que conectava o Guairá ao Atlântico como uma ótima oportunidade de saída para o Paraguai, mais fácil que o longo e custoso ca-

⁴³ Solano, 2006.

⁴⁴ Meliá, 1988.

⁴⁵ Holanda, 1986.

minho fluvial do Prata. Em verdade, Irala manteve pessoalmente tratos comerciais com São Vicente, onde trocou escravos indígenas por ferro e outras mercadorias. Além do mais, passou a usar o porto vicentino como local de envio e recolha de correspondência com a Espanha.⁴⁶

Em ambas as direções, os caminhos que ligavam o Paraguai ao litoral Atlântico, especialmente na altura da Capitania de São Vicente, eram utilizados por conquistadores luso-castelhanos desde a década de 1540 e passaram a ser cotidianamente percorridos na década de 1550, na medida mesmo em que a ocupação luso-castelhana destes espaços, e suas respectivas redes de alianças indígenas, foram se consolidando.⁴⁷ Em última instância, esses caminhos se fundaram sobre ramais e vias pré-existentes e eram já amplamente utilizados pelas etnias indígenas. Acredita-se que a maior parte destes percursos coloniais se fez sobre o *Peabiru*, rede de caminhos tupis-guaranis que conectava os espaços litorâneos e interiores da região sul. O próprio governador Cabeza de Vaca utilizou partes dele quando foi tomar posse de seu cargo em Assunção em 1544. O português Diogo Nunes o utilizou na década de 1550 e testemunhou que se podia chegar ao Peru “por São Vicente atravessando pelas cabeçadas do Brasil, tudo por terra firme, porém há muita terra que andar”.⁴⁸ O caminho, nestas primeiras décadas da colonização, acabou sendo utilizado por “exilados” e prisioneiros paraguaios; por jesuítas em trânsito; por apesadores de índios; pela viúva e filhas de um falecido governador; por soldados, comerciantes e mensageiros. Nesse sentido, assegurar o controle do *Peabiru* e sua utilização regular deve ter sido mais um dos objetivos de Irala ao recomendar a ocupação do Guairá, mesmo que a exata localização de um futuro porto litorâneo —que não o de São Vicente— ainda fosse assunto de debates e indecisões junto aos castelhanos.⁴⁹

Portanto, na necessidade de assegurar os caminhos, de barrar qualquer avanço mais contundente dos portugueses e seus aliados Tupi, bem como de aliviar as demandas por *encomiendas* é que Domingos de Irala ordenou a um de seus antigos desafetos, Garcia de Vergara, que fundasse um povoado no caminho do *Peabiru* na direção do Guairá. O fato de o indicado ter sido Vergara, representante dos “novos” conquistadores e antigo aliado de Cabeza de Vaca, agora transformado em genro, levanta a dúvida se a missão era um

⁴⁶ Machain, 2005. E cf. carta do Capitão “Juan de Salazar a los Señores da Casa de Contratación en Sevilla”, 30/06/1553, *apud*: Schmidl, 1950.

⁴⁷ Holanda, 1948: 3-23.

⁴⁸ *Ibidem*: 9.

⁴⁹ Chaves, 1968. Foram vários os projetos castelhanos, todos fracassados, de se estabelecer um porto no atual litoral catarinense.

prêmio ou um exílio. Em 1554, Vergara fundou, com 60 moradores de Assunção, a pequena vila de Ontiveros, referência à vila do mesmo nome em *Castella Vieja*. O local escolhido foi nas margens do rio Piquiri, em local ainda controverso. Possivelmente ficava no caminho do *Peabiru*, na margem direita do rio.⁵⁰ A vila cedo se transformou em local de rebeldia contra Irala. O conquistador e aliado do governador, Nunfio de Chaves, enfrentou dura resistência armada, liderada pelo maneta inglês Nicolás Colmán, quando tentou passar pela cidade em 1556, no momento em que se dirigia ao Paranapanema para enfrentar os Tupi.⁵¹

Ainda em 1556, pouco depois da morte de Irala, o novo governador nomeado do Paraguai, Gonzalo de Mendoza, enviou Ruy Díaz de Melgarejo para fundar Ciudad Real del Guairá, na margem esquerda do rio Paraná, pouco acima da foz do rio Piquiri, em terras que seriam do cacique Guairá.⁵² A vila, situada a dez quilômetros de Ontiveros, foi povoada em 1557, com 100 colonos que acompanharam Melgarejo e pela população de Ontiveros, que foi transferida para Ciudad Real. Esta vila teria uma vida mais longa, se bem que nunca conseguiu de fato prosperar. Martín del Barco Centenera, em sua obra “Argentina” (1602), a chamou de “ciudad enferma”. Ordenada conforme os padrões espanhóis, a vila, segundo prospecção arqueológica feita nas décadas de 1960 e 1970, apresentava fossos e muralha de taipa.⁵³ O assentamento nunca ultrapassou os 50 *vecinos*, e jesuítas que a visitaram, como um anônimo de 1620, afirmava que “toda la gente ruin e la tierra es mal sana”. Numa perspectiva negativa da mestiçagem, dizia que “sus costumbres poco menos que de idolatras, olganazes, deshonestos, borrachos, porque aunque el vino que cojen es moderado, pero haçente de maiz, de miel, de caña y avejas y de otras cosas segun la costumbre de los indios.”⁵⁴ Numa leitura um pouco mais simpática, o provincial Nicolas Duran, em 1627, em sua carta ânua, falava que eram:

Filhos da boa gente que veio de Espanha para o Paraguai, e se consideram muito ricos porque se contentam com sua pobreza. A roupa ordinária é de algodão tingido e raras vezes conseguem alguma roupa de Espanha. Não existem lojas de mercadores e não se encontram oficiais de artes mecânicas porque todos os são, em suas casas(...) *não tem ambições, nem desejo de obter honra nessa vida, nem*

⁵⁰ Chmyz, 1976.

⁵¹ Solano, 2006.

⁵² Já foi sugerido que o nome da região derive deste cacique.

⁵³ Chmyz, 1976.

⁵⁴ “Informe de um jesuíta anônimo sobre as cidades do Paraguai e do Guairá espanhóis, índios e mestiços”, Cortesão, 1951: 173.

*de exaltar sua linhagem, porque o ofício mais supremo a que aspiram é o de ser alcaide de seu povoado.*⁵⁵

Efetivamente, *Ciudad Real* manteve certa estagnação, e isto talvez se explique pela proximidade desta com o centro erval de Maracayú, mais bem posicionado e privilegiado pelo monopólio de embarque da erva mate, importante atividade econômica regional. O mesmo fundador de Ciudad Real fundaria, em 1570, Villa Rica del Espiritu Santo, distante 60 léguas de Ciudad Real. Naquela altura, esperançosas notícias de riquezas minerais atraíram ainda mais os olhares dos conquistadores espanhóis para o Guairá. Algumas pedras de quartzo —ametistas em forma de geodos— causaram certa empolgação e pedidos de mercês a Madri.⁵⁶ Foi em função destas notícias que Melgarejo decidiu erguer uma nova vila, em terras dos Ybirayá, do cacique Coraciberá, sem autorização formal ou capitulação de qualquer espécie. Acredita-se que tenha escolhido o local onde, em 1554, os franciscanos tinham erguido uma “casa de oracion para decir misa y doctrinar algunos índios”.⁵⁷ O sítio, entre as nascentes do rio Piquiri e Ivaí, foi o escolhido para abrigar a primeira Villa Rica del Espiritu Santo. Conforme sua *probanza*, o local ficava no “camino sabido e andado por donde entro el dicho gobernador Cabeça de Vaca.”⁵⁸ O nome escolhido indicava as expectativas minerais que ela abrigava. Já o Espírito Santo ficou por conta da data, época de Pentecostes.

Ruy Diaz de Melgarejo levou consigo, em sua fundação, 40 *vecinos* e 53 cavalos.⁵⁹ Em 1575, já com os títulos de tenente-governador, capitão-geral e justiça maior de Ciudad Real e Villa Rica, e depois de infrutíferas pesquisas com ouro e prata, acabou por desenvolver a mineração de ferro. No melhor estilo *caudillo*, o fundador distribuiu solares, *encomiendas* e mandou erguer uma fortaleza. Nomeou *alcade*, plantou milho, ergueu igreja e uma cruz, traçou ruas e praças. De imediato, Melgarejo começou a trabalhar pessoalmente na fundição de ferro, cioso, contudo, em preservar sua condição ao mandar fazer testemunho de que fazia isso por necessidade, e que era “hijodalgo y no artesano”.⁶⁰ A vila permaneceu poucos anos naquele lugar. Não se sabe exatamente a data de seu primeiro traslado, mas sugere-se o ano de 1589

⁵⁵ “Duodécima Carta Anua del P. Nicolás Mastrillo Durán”, 1626. Traduzida e reproduzida em partes por Caldeira, 2006.

⁵⁶ Picanço e Mesquita, 2010.

⁵⁷ Cardozo, 1938. Gúzman, 1980. Salas, 2003.

⁵⁸ “Probanza de los servicios de Ruy Díaz de Melgarejo”, *apud* Cardozo, 1938: 72-74.

⁵⁹ Garay, 1896.

⁶⁰ “Probanza de los servicios de Ruy Díaz de Melgarejo”, *apud* Cardozo, 1938: 72-74.

para sua mudança de sítio, quando se instalou na foz do rio Corumbataí com o Ivaí, local onde ainda hoje existem suas ruínas.

Esta segunda vila, segundo pesquisas arqueológicas, ocupou uma área total de 300.000 m² e era cercada por chácaras. Foi traçada conforme o modelo codificado urbano da lei de 1573, e o povoado era enxadrezado e de ruas retilíneas. Possuía um centro com uma praça e terrenos ao redor que não poderiam, conforme o regimento, ser cedidos a particulares, mas sim à Igreja, aos edifícios reais e municipais. As ruas tinham de 10 a 12 metros de largura e cruzamentos em ângulos retos. Suas quadras tinham a dimensão de 100x100 e eram cercadas por muros de taipa. As casas eram pequenas e de taipa com telhas, se bem que existissem algumas de pedra. No canto sudoeste da praça, situava-se a igreja, também de taipa e com cobertura de telhas, dedicada a São João Batista e pertencente à Companhia de Jesus. Ao lado, existia um cemitério. Na parte leste da vila, dispunham-se as ruínas de casas de alvenaria, com poço para captação de água, e fornos para fundição de metais. As pesquisas arqueológicas encontraram ainda muitas escórias de ferro espalhadas pelas ruínas, e casas subterrâneas, seguramente habitações de indígenas.⁶¹

O traslado da vila foi liderado por Ruy Diaz de Guzmán, personagem marcante na história guairenha. Neto de Irala, ele era filho de uma mestiça, Úrsula de Irala e de Alonso Riquelme, aliado, e sobrinho de Cabeza de Vaca. Era um filho da *yernocracia*. Ficou conhecido por produzir, em 1612, uma obra relatando a história da conquista do Paraguai e Rio da Prata baseada em sua experiência, em relatos de velhos conquistadores e alguns documentos. Participou de entradas no rio Paraná desde os dezesseis anos, lutando ao lado de Melgarejo, a quem elogiou em sua obra. Esteve na fundação da primeira Villa Rica e em 1585 tornou-se tenente do governador em Ciudad Real. A mudança da vila teria sido um pedido dos moradores, que acreditavam ser o novo lugar mais conveniente para se acessar o Brasil e mais abundante em aldeias indígenas. Entretanto, um depoimento de um morador, velho ferreiro, em 1630, sugere que a mudança fora feita por que espanhóis andaram roubando mulheres indígenas das aldeias dos Tayaoba de tal maneira que os índios se amotinaram e forçaram os moradores a mudarem de lugar.⁶²

Seja como for, o procurador da Villa, em 1595, Pedro Montañez, fez uma representação contra Gúzman por haver mudado a vila. Alegava que teria agido mal e era “hombre muy arrogante y poco respetado en tratar mal a los vecinos”.⁶³ Em verdade, Guzmán estava mais interessado em ser ele próprio

⁶¹ Parellada, 1997.

⁶² Quevedo, 2001. “Declaración del capitán Francisco de Vallejos”, *apud* Jensen, 2009.

⁶³ Archivo Nacional de Asunción (ANA), Sección Historia, 11, 16.

um *caudillo* fundador de cidades, já que em 1593 arrastou vários moradores do Guairá para criar Santiago de Jerez, nas bandas do rio Iguatemi, na beira do rio Muñey (hoje Ivinheima). A sina da mudança também acompanhou Jerez que, em 1599, mudou-se para o Mbotetey (hoje rio Miranda) na confluência com o rio Aquidauana. Guzmán acabou enfrentando problemas com o governador do Paraguai e chegou a ser condenado a viver alguns anos preso à Jerez.⁶⁴

A região guairenha (aqui incluindo Jerez), apesar de contar com três vilas ao final do século XVI, permaneceu sempre com o estigma de terra rebelde. Em 1589, o governador *criollo* da Província, Hernando Arias de Saavedra, ameaçou de desterro ao Guairá a todos os que desobedecessem a suas ordens. Em 1602, já em seu segundo mandato na função, o próprio Saavedra desterrou para Jerez a um morador de Assunção, Lourenço Alegre, com toda sua família, por andar sempre *borracho* de vinho, e em certa ocasião, sob o efeito do álcool, ter matado um cavalo.⁶⁵

Villa Rica del Espíritu Santo, em comparação às demais vilas guairenhas, teve uma existência mais próspera. O ferro, a erva mate, alguma lavoura, os caminhos guairenhos e a profusão de indígenas lhe permitiram uma incipiente prosperidade. O beneficiamento do minério de ferro foi uma atividade importante e serviu como uma das grandes justificativas para a fundação da vila. Melgarejo chegou a relatar que existiam quatro fundições trabalhando dia e noite.⁶⁶ As minas eram chamadas de *Tambó*, e aparecem muito ocasionalmente na documentação. Sua localização ainda é desconhecida, mas imagina-se que fosse bem próxima a primeira Villa Rica.⁶⁷ O lugar se tornou um *pueblo* de índios, usados na exploração das minas, e as Atas do *Cabildo* o identificavam como um *corregimiento*. Desta mina se extraía o ferro que permitiu a elaboração de ferramentas e outros objetos desejados pelos indígenas.⁶⁸ Foi de lá também que saíram as chamadas *cuñas* de ferro, que fez papel de moeda regional e que teve ampla circulação no Paraguai, pois servia fundamentalmente para resgates com os índios e trocas locais. Francisco Valejjos, ferreiro morador de Villa Rica, comentou como no tempo de Melgarejo os índios se apresentavam voluntariamente para alugar sua força de trabalho “por codícia de *cuñas*”.⁶⁹ Uma *cuña* valia algo como 50 *maravedis*, apesar de um

⁶⁴ Cardozo, 1938.

⁶⁵ 1588, ANA, Nueva Encuadernación, 312, 13. 1602, ANA, Civil y Criminal, 1384, 2.

⁶⁶ Cardozo, 1938.

⁶⁷ Parellada, 1997.

⁶⁸ Picanço e Mesquita, 2010.

⁶⁹ Jensen, 2009.

inquérito feito na região em 1609 não ter conseguido precisar seu valor junto aos vizinhos de Villa Rica.⁷⁰ O valor das cunhas foi regulado ainda no tempo de Irala, mas elas foram gradativamente abandonadas como moeda local pela sua alta variação.⁷¹ No caso de Villa Rica, isso era evidente. Os membros do *cabildo* reclamavam que as cunhas de Tambó valiam o dobro das mesmas cunhas em Villa Rica, e seus valores mudavam conforme o cliente, como deixa transparecer um queixoso jesuíta que trocara roupas por cunhas quando estava de passagem pelas minas.⁷²

Além do metal, a região produzia alguma lavoura de milho, vinhas, cana de açúcar, tabaco, algodão e mandioca, que compunham os chamados “frutos da terra”; e criava-se gado: 125 *vecinos* de Villa Rica tinham autorização para comercializar couros, e a pecuária bovina fora estimulada desde os tempos de Melgarejo, que enviou o filho a Assunção, em 1582, para buscar gado e trazê-lo ao Guairá.

Esta produção nunca foi abundante, nem alimentou grandes riquezas, mas permitia o abastecimento e um comércio de trocas regional. O vinho do Paraguai, assim como a cera, chegou a ter um comércio de longo alcance até os espaços peruanos e alto-peruanos. Já lembramos aqui de Francisco Benitez, que fez uma viagem a São Paulo levando vinho para vender. Ele próprio chegou a ganhar uma licença de três anos, em 1621, para exportar mercadorias da terra para Sevilha.⁷³ Todavia, esse comércio com o Brasil era proibido e teve somente algumas poucas autorizações oficiais. Em 1618, por exemplo, uma cédula real permitiu por seis anos que os “frutos” da terra fossem comercializados com o Brasil em troca de roupas, tecidos e calçados. O isolamento da região em relação às rotas oficiais de comércio, bem como em relação às rotas mais volumosas de comércio ilegal, que passavam por Buenos Aires; e a pobreza persistente da região, não contribuiu para a montagem de um cenário particularmente próspero para o Guairá.⁷⁴ O governador Luis de Céspedes e Xeria, em 1630, ao narrar a situação de Villa Rica, indicava como era habitada por uma população pobre e envelhecida, na qual a Igreja e diversas casas estavam em ruínas. Ressalte-se, contudo, que ele deu relevo à situação de

⁷⁰ AGI, Contaduría, 1690.

⁷¹ Mora Mérida, 1973.

⁷² Jensen, 2009.

⁷³ ANA, Sección Historia, 17, 2, fs. 29-34.

⁷⁴ A separação da Província do Paraguai e Rio da Prata, formalizada em 1622, isolou ainda mais a região e criou alguns problemas de jurisdição sobre os indígenas que circulavam entre as agora divididas províncias.

penúria, pois desejou fazer, no fundo, um contraponto à prosperidade das reduções jesuíticas da região.⁷⁵

Toda essa produção local era fundamentalmente feita por indígenas: a extração e fundição do ferro, o plantio, a criação do gado e a fiação dos tecidos. O sistema de *encomiendas* foi largamente utilizado no Paraguai e, como em todas as regiões coloniais, teve inúmeras especificidades. No Paraguai, e no Guairá, ajustou-se às peculiaridades das populações Guarani e às diversas produções locais. Foi essencialmente distribuída pelos governadores e chegou a beneficiar estrangeiros e “novos” conquistadores.⁷⁶ Até 1556, quando Irala oficializou e regulou o sistema no Paraguai, o modelo era a chamada *encomienda de originales*, formada por índios capturados em *rancheadas* —capturas violentas de indígenas nas aldeias— e resgates, ou através da rede de *cuñadazgo*.⁷⁷ Não pressupunha nenhuma forma de contrapartida. A partir de 1556 a *encomienda* se ajustou ao padrão “peruano”, e passou a alimentar os conquistadores e colonos com a prestação de serviços dos nativos. As razões de Irala parecem ter sido estratégicas e políticas. Era necessário atender a novos conquistadores e a regulação e expansão das *encomiendas* permitiriam um controle sobre novas áreas. Num tempo que expandir ao Peru fora proibido, e as *rancheadas* foram condenadas pela Coroa, as tradicionais *encomiendas* permitiam a ocupação de territórios novos. Além do mais, existia já uma necessidade de regulação em função da queda demográfica e carência de mulheres para reprodução das aldeias, vistos que muitas eram entregues aos conquistadores.⁷⁸

A implantação deste sistema não foi um processo dos mais fáceis, inclusive junto aos indígenas já atrelados à colonização. A *encomienda* nos moldes peruanos atrapalhava a tradicional mobilidade guarani e impedia a utilização das mulheres como mecanismo de aliança. Para Susnik, grande parte das revoltas indígenas que sacudiram o Paraguai entre 1556 e 1580 foi resultante desta circunstância.⁷⁹

De qualquer forma, a fundação de vilas no Guairá —dentre elas Villa Rica—, como mecanismo organizador das sucessivas reduções e *encomiendas* indígenas, numa expansão espacial resultante das rivalidades com os colonos, mas também das possibilidades comerciais com o Atlântico, nas partes do

⁷⁵ *Apud* Parellada, 1997.

⁷⁶ Perusset, 2011.

⁷⁷ Susnik, 1965.

⁷⁸ Perusset, 2011.

⁷⁹ Susnik, 1965.

Brasil, ancorou-se numa rede de subordinação e cooptação de grupos indígenas nos primeiros delineamentos das fronteiras coloniais guairenhas.

A ERVA MATE E A ESTRUTURAÇÃO DE UM MERCADO REGIONAL

Dentre as especificidades do Guairá, um das de maior relevância foi a exploração da erva mate. Em grande medida, ela compõe o leque de variáveis que nos ajudam a refletir sobre a fronteira guairenha. Os circuitos econômicos, creditícios, as redes mercantis e o comércio legal e ilegal são temas recorrentes nas análises sobre fronteiras, especialmente enriquecidos nos últimos anos pois denotam, de modo quase paradoxal, as lógicas trans-fronteiriças e o sentido fluido das fronteiras.⁸⁰ Juan Carlos Garavaglia, nesse sentido, identificou o Guairá, e sua produção ervateira, como uma fronteira “geográfica, social y economicamente” caracterizada pelos limites da expansão castelhana. Mesmo que localizado nas margens, a região tinha na erva mate a mercadoria que articulava a ao grande circuito econômico articulado por Potosí, o chamado “espaço peruano”. Outrossim, o autor ainda caracteriza o Guairá pelas dificuldades de acesso ao Peru, o que seria um ponto pouco atrativo aos contrabandistas, e a ausência de autoridades. Contudo, ressalta sua permeabilidade, uma característica fundamental quando pensamos em fronteiras.⁸¹ Essa permeabilidade permitia, contudo, que a região guairenha se articulasse não só ao espaço peruano, mas também ao mundo português, através dos caminhos fluviais e terrestres que a ligavam à vila de São Paulo, o que propiciou a organização de redes e circuitos mercantis, de modo geral ilegais e de pequena monta, mas de impacto regional.⁸²

A *yerba* era colhida nos montes próximos a Maracayú e consumida pelos indígenas desde muito tempo. Cumpria funções ritualísticas e estava plenamente incorporada na cosmovisão Guarani. Assim mesmo, ainda em tempos pré-hispânicos, chegara a ser consumida no seio do mundo inca. Foi incorporada à produção colonial local e participou da estruturação de um amplo mercado regional, chegando a Tucumã e Potosí.⁸³ Como dissemos, o mate foi a mercadoria que conectou “a região paraguaia com todo o imenso conjunto do espaço peruano”.⁸⁴ A erva-mate chegou a causar rugas entre as vilas

⁸⁰ Slatta, 2012.

⁸¹ Garavaglia, 2008: 123.

⁸² Vilardaga, 2017.

⁸³ Garavaglia, 2008.

⁸⁴ Assadourian, 1983:198.

guairenhas e Assunção, pois esta última tentou desde cedo monopolizar o comércio do produto.

Curiosamente, a sua comercialização foi intensamente combatida pelo governador Hernando Arias de Saavedra, que chegou a emitir bandos de proibição, pois achava que o consumo deixava as pessoas arrogantes e viciosas. Os jesuítas consideraram a planta também uma “superstición diabólica”, mas isso não impediu o padre Nicolas de Techo de dizer que a *yerba* “reconcilia el sueño que desvela; igualmente calma el hambre que la estimula y favorece la digestión; repara las fuerzas, infunde alegría y cura varias enfermedades.”⁸⁵ Os padres acabaram por transformar o plantio de erva num dos principais recursos em suas reduções de índios. A erva cultivada tinha boa saída, mas a preferida era a nativa, colhida nos montes.⁸⁶

O que chamava a atenção na produção da erva mate era a exploração do trabalho indígena. Foi nos ervais que o sistema de trabalho compulsório pesou enormemente sobre os ombros da população nativa do Guairá. Foi ela que, apesar da “perfumada y estimulante infusión”, representou “nuevos y grandes sufrimientos para los muchos paraguayos que se dedicaron a su laboreo”.⁸⁷ O padre Montoya afirmava ter visto montes de ossos de índios mortos nos ervais e acusava a planta pela desgraça que se abatia sobre as aldeias.

O processo todo mobilizava ampla mão de obra e atravessadores. A *ilex paraguayensis* era colhida nos montes, torrada, moída e transformada em pó. Era transportada em cestos até o porto de Maracayú e ali trocada por roupas, ferramentas e outros bens de resgate com os mercadores locais. Depois seguia embarcada em balsas pelo rio Jejuí até o Paraguai, e chegava a Assunção. Dali poderia seguir diversos caminhos, chegando até Potosí. No mercado local de Maracayú, duas mil libras de erva valiam um vestido, e quinhentas, um chapéu.⁸⁸

A carga excessiva de trabalho e a violência das *encomiendas* de Maracayú levaram a uma visita —não feita *in loco*— pelo ouvidor Francisco de Alfaro que, em 1612, fez publicar suas *Ordenanzas*. Elas tentavam limitar, dentre outras coisas, a *mita* a um máximo de dois meses e obrigava os *encomenderos* a pagar pelo serviço nos meses restantes. Elas ainda exigiam a liberdade total dos escravos indígenas; proibiam que qualquer branco ou mestiço vivesse numa redução; não permitiam a existência de estâncias a menos de uma légua das reduções; buscavam manter a família indígena unida; impediam que os

⁸⁵ *Apud* Cardozo, 1996: 99.

⁸⁶ Armemi, 1996.

⁸⁷ Cardozo, 1996: 32.

⁸⁸ Gadelha, 1980.

índios prestassem a *mita* a uma distância maior que 30 léguas; e vetavam o pagamento dos índios com vinho, *chicha*, mel e *yerba*.⁸⁹ A revolta dos moradores do Guairá foi imediata, especialmente dos envolvidos no beneficiamento da erva, e as contravenções também. Revoltas indígenas contra os abusos se tornaram frequentes e muitos índios optaram por fugir ou migrar voluntariamente para a vila de São Paulo. O controle sobre as *encomiendas* dos ervais implicou num primeiro e duro revés para a sobrevivência dos núcleos coloniais no Guairá.

A situação permaneceu sempre tensa e a exploração nos ervais trafegou quase sempre no limite da ilegalidade. Somente em 1629 o novo governador do Paraguai, Luis de Céspedes e Xeria, de passagem por Maracayú decidiu prolongar, por conta própria, a *mita* nos ervais por seis meses. Os padres jesuítas, nesse momento já instalados na região com suas reduções, reagiram de imediato. Os índios do *cabildo* indígena de Santo Inácio, no Paranapanema, produziram, em guarani, sob a orientação dos clérigos, um testemunho e uma denúncia da violência dos ervais. Nele, afirmavam que em Maracayú: “se han consumido y acabado, moriendo por esos montes sin confesar ni comulgar, como si fueran infieles o animales sin razón, quedando llenos aquellos yerbales de los huesos de nuestros hijos y vasallos.” Eles alegavam ainda que: “no traemos cosa chica ni grande de maracayu, ni los espanoles pagan a nuestros vasallos su trabajo”. Diziam ser obrigados a ir, e que se não fossem eram castigados. O próprio governador Luiz de Céspedes teria castigado pessoalmente a um indígena com pauladas na mão.⁹⁰

Ainda é incerta a exata localização de Maracayú, mas esse porto foi essencial para a ocupação do Guairá. Quando do abandono do segundo sítio de Villa Rica, os moradores migraram em peso para lá, e só mais tarde procuraram novo local. O seu porto movimentou muita mercadoria e se tornou ponto de passagem obrigatório aos que atravessassem os caminhos guairenhos. Era reconhecidamente um “pueblo de negociantes”.⁹¹ A troca da erva por mercadorias trazidas, a maior parte, em contrabando pela “via de san Pablo”, era intensa e muitos moradores ou *vecinos* de Villa Rica e Ciudad Real passavam a maior parte do tempo administrando seus negócios no porto. Os próprios governadores paraguaios se envolveram nesse comércio. Luis de Céspedes Xeria teria levado diversos índios de reduções para trabalharem nos seus ervais. De fato, o estanco da erva, que era de cerca de 2.000 libras, pas-

⁸⁹ Gandia, 1939. Aldea Vaquero, 1993.

⁹⁰ “Testimonio de los guaranies de san Ignacio, Parana, 14 de agosto de 630”, Lienhard, 1992: 312-314.

⁹¹ Cardozo, 1938: 71.

sou a 6.600 anuais entre 1630-1636, em seu governo. O grande aumento da produção chegou a assustar aos jesuítas que reclamavam como a erva, barata, tinha invadido toda a governação do Rio da Prata e Tucumã. O governador Martim de Ledesma Valderrama negociava erva por produtos trazidos do porto de Buenos Aires.⁹²

O porto de Maracayú era um dos grandes pontos de contato entre a realidade castelhana, guairena, e a ocupação portuguesa de São Paulo. Os caminhos entre as partes, abertos desde a década de 1550, ganharam grande impulso a partir de 1600. Em 1603, Villa Rica mandou “soldados” a São Paulo para estabelecer relações comerciais formais.⁹³ Daí em diante, apesar das proibições que atingiam especialmente aos portugueses e aos contrabandos que utilizassem essa rota, ela se tornou de uso frequente. Comerciantes, *perroleiros*, aventureiros, bandeirantes, soldados e padres percorreram esse caminho e muitos deles passaram, e negociaram, em Maracayú. Em 1605 o mineiro mor do Brasil, Manoel Pinheiro, abandonou São Paulo e foi ao porto negociar erva por tecidos. Permaneceu nesse trato pelo menos até 1612. Enquanto esteve lá, na primeira vez, por cerca de dois meses, testemunhou que em pelo menos três ocasiões chegaram moradores de São Paulo para ali negociar.

Mas podemos citar outros casos, como o de Pedro de Acosta, que foi preso em 1603 por contrabandear erva e “negros de Angola” pela via de São Paulo, mas se tornou grande negociante em Maracayú. Depois de libertado, tornou-se potentado local e ali controlava balsas e possuía *encomienda*. Acabou morto, em 1625, pelos índios Payagua em pleno rio Paraguai. Felipe Nunes, português, negociava erva em Maracayú e morreu no caminho para São Paulo, onde tinha uma neta. Gabriel da Silva, que vivia em Villa Rica, negociava no porto e era casado em São Paulo. O lisboeta João Nunes Cardoso, “tratante de mercadorias”, era casado em Assunção, negociante em Maracayú e frequentador de São Paulo, onde chegou a declarar mercadorias na Câmara em 1638. Cardoso exemplifica, em seu trânsito, que incluía Assunção, Maracayú, Villa Rica e São Paulo, a existência de um circuito regional de intercâmbio comercial e humano.

⁹² Jensen, 2009.

⁹³ *Atas da Câmara...* 1967, 22 de novembro de 1603. Nas atas do dia seguinte, a Câmara decide pela abertura do caminho, mas ressaltava que “tudo se desse conta ao senhor governador geral para ele avisar a sua majestade...” Por outro lado, em carta de 05/04/1604, o governador do Paraguai, Hernando Arias, avisava que “no consentiré se ande aquel camino hasta ver lo que VM es servido...” mas lembrava dos benefícios que ele traria aos moradores do Guairá, In: Cardozo, 1938: 100.

O caminho também propiciava resgates, cobrança por transportes e alimentação, fianças em caso de prisão e acesso a mercadorias e escravos negros. Miguel de Moxica Maldonado teve sua mercadoria, composta por duas escravas negras, uma índia e muitos vestidos, apreendida em pleno Guairá, em 1621; a família Godoy, de São Paulo, cobrava em dinheiro e roupas para levar gente pelo caminho proibido; Jerônimo da Veiga, garimpeiro de ouro nas imediações de São Paulo e bandeirante, foi preso em Assunção com cestas de erva-mate; André Fernandes, também bandeirante, levou escravos negros e tecidos ao Guairá enquanto guiava a esposa do governador Céspedes e Xeria para Assunção; o *platero* Enrique Vaz foi sozinho pelo caminho, resgatou com índios, se refugiou nas minas de Tambó, tentou a sorte em Potosí e acabou virando “embusteiro” e boticário em Assunção; Sebastião Garcia, villariquenho, foi a São Paulo em 1606 com índios para participar de um casamento; quando voltou, sem índios, trouxe dois portugueses e um padre, ilegais.⁹⁴ Provavelmente entregou, nessa ocasião, uma carta do *cabildo* de Villa Rica aos oficiais da Câmara de São Paulo, o que causou certo alvoroço, pois o escrivão do ouvidor da Capitania tentou ler a tal carta, mas esta lhe foi arrancada das mãos com violência pelo juiz da Câmara.⁹⁵ Os casos são muitos e revelam o grau de conexão e trânsito por essa via e entre as partes. Era tão grande que, em 1623, Atas da Câmara de São Paulo reclamava-se de forasteiros, meio pícaros, que “passavam por aqui para a Villa Rica, frades em trajes de leigos, leigos em trajes de frades e clérigos, mulheres em trajes de homem.”⁹⁶ No ano seguinte, as mesmas Atas ainda se queixavam dos forasteiros que viviam em escândalo.

As vilas de Ciudad Real e Villa Rica, as minas de Tambó e o porto de Maracayú formavam uma rede de assentamentos coloniais castelhanos que articulava a produção regional a outros espaços econômicos, como o peruano e a São Paulo, via de acesso ao mundo atlântico. Ao lado de algum ferro de resgate e dos chamados produtos da terra, estava a erva mate, produto de amplo consumo entre índios e colonos, moeda de troca e pagamento de serviços, mercadoria fundamental na organização dos espaços e caminhos guai-renhos. Foi essa estrutura que gradativamente entrou em colapso, até se dissolver no começo da década de 1630.

⁹⁴ Todos estes casos aqui apresentados foram tratados em maiores detalhes em Vilardaga, 2014.

⁹⁵ *Atas da Câmara...*1967, 16 de dezembro de 1606.

⁹⁶ *Ibidem*, 01 de abril de 1623. Pode-se sugerir que o aumento do fluxo de “forasteiros” se remeta diretamente à criação e instalação da Alfândega de Córdoba, o que colocaria alguns obstáculos ao *Camino Viejo* de Buenos Aires.

A CHEGADA DOS JESUÍTAS

As ordenações de Alfaro, de 1612, tornaram a vida de muitos *encomenderos* bem mais complicada, mas os problemas na região para os colonos estavam só começando. Em 1609, depois de amplo incentivo dado pelo governador Hernando Arias, que via na presença jesuítica uma forma de assegurar ainda mais a posse do território guairenho, e reduzir os chamados “índios infieis”, os jesuítas se instalaram definitivamente no Guairá. Eles chegaram ali a primeira vez em 1593, depois que os moradores de Villa Rica solicitaram padres da Companhia para a região. A expectativa era que os padres ajudassem a reduzir novos índios que serviriam mais tarde às *encomiendas*. Os villariquenhos construíram uma igreja e uma residência para os padres Manoel Ortega e Tomás Fields, que ali ficaram até 1599. O bispo Nicolás Durán considerava fundamental a existência de uma residência jesuítica em Villa Rica, pois assim teriam segurança e “las espaldas seguras”.⁹⁷ Depois da criação da Província jesuítica do Paraguai e Tucumã em 1604, separada das províncias do Peru e do Brasil, a Companhia preparou um plano de ação para a missão do Paraguai. Abriram-se três frentes: uma para o sul, onde se criou a redução de Santo Inácio Iguazú; outra para a região do Chaco, que fracassou; e a terceira, no Guairá, que redundou na criação das duas primeiras missões, a de Santo Inácio Menor (Mini) e a de Nossa Senhora de Loreto, ambas nas margens do Paranapanema e distantes uma da outra cerca de um dia de viagem de canoa. Cada frente contaria com dois padres e, no caso do Guairá, os escolhidos foram José Cataldino e Simão Masseta.⁹⁸

As missões deveriam seguir, conforme orientações do provincial Diego Torres, o “modo do Peru”, ou como mais gostassem os índios. Localizavam-se, assim, entre a oficialidade e a casuística.⁹⁹ As reduções de Mini e Loreto fundaram-se num padrão retangular, com uma praça no centro, ruas largas e retas, residências para os padres, oficinas e igrejas sólidas. A de Loreto tinha, no seu entorno, algo como 25 aldeias indígenas.¹⁰⁰ Para ajudar na tarefa de missão, o governador Hernando Arias proibiu qualquer forma de redução que não fosse aquelas promovidas pelos padres e o tenente de governador, Antonio Añasco, proibiu as *malocas* de espanhóis em toda região do Tibagi e Paranapanema. Os padres, assim mesmo, não tiveram sua vida facilitada

⁹⁷ Jensen, 2009: 15.

⁹⁸ Melia, 2010.

⁹⁹ Gutierrez, 1987.

¹⁰⁰ Chmyz, 2001: 39-58.

pelos moradores do Guairá. Os vilarriquenhos chegaram a esconder a bagagem de Cataldini e Masseta e prenderam o cacique que lhes serviria de guia.¹⁰¹

Esse universo de relações entre colonos e jesuítas contrasta, entretanto, com uma visão sobre a presença da Companhia de Jesus na região guairenha, como a de uma instituição tipicamente fronteiriça atuando em territórios isolados. Instaladas também naquela espécie de “vazio” colonial, as missões cumpriram um papel civilizador junto às populações indígenas, especialmente junto aos “dóceis” e “predispostos” Guarani. Seriam, em primeira —e última— instância, as responsáveis por inserir os índios na realidade colonial. Tal perspectiva, em parte, é um legado de um viés interpretativo elaborado por Herbert Bolton na década de 1920, e que buscava compreender as fronteiras castelhanas setentrionais —as *borderlands*— como espaço de atuação missionária na ausência do Estado.¹⁰² Bolton focou as missões da Alta e Baixa Califórnia, Novo México e Flórida e percebeu que todas cumpriam um duplo papel de instituição estatal e clerical, realizando funções múltiplas: “no sólo servían para cristianizar la frontera, sino también para expandirla, dominarla y civilizarla”.¹⁰³ O próprio Bolton chegou a comparar as fronteiras do Norte do império espanhol com as do Paraguai. Procedimento comum na medida que coloca em perspectiva o que seriam as duas principais margens continentais do império espanhol, tanto em termos de limites da expansão colonial quanto de contato com outros impérios coloniais. Donna Guy e Thomas Sheridan também o adotaram, buscando similaridades e dessemelhanças. Apesar de ressaltarem o caráter periférico de ambos espaços, compreendem o território paraguaio como mais articulado comercialmente à bacia do Prata e sofisticam a análise da agência indígena.¹⁰⁴

O destaque dado à presença jesuítica na região do Guairá aparece em diversos autores. Alguns chegam a desconsiderar, inclusive, qualquer presença castelhana, ou mesmo levar em conta as relações entre colonizadores e indígenas anteriores à introdução das reduções jesuíticas. Para um autor, os jesuítas que estiveram na região em 1580, “fueron, probablemente, los primeros europeos que se adentraron en las regiones a este de Asunción —el Guairá— y tomaron contacto con los indígenas de la zona”.¹⁰⁵ De todo modo, a percepção de que jesuítas ocuparam um espaço “vazio” em termos coloniais é bastante frequente. Visto como um território que se situava numa espécie de dupla fronteira: externa, pois se posicionava entre dois impérios coloniais,

¹⁰¹ Jensen, 2009.

¹⁰² Bolton, 1991.

¹⁰³ *Ibidem*: 47.

¹⁰⁴ Guy e Sheridan, 1998.

¹⁰⁵ Armani, 1996: 62

mas também interna, pois marcaria os limites da colonização castelhana, seria uma região ideal para a atuação destes jesuítas, pois estes, prefeririam agir em “franjas o zonas imprecisas, hostiles o peligrosas”.¹⁰⁶

Contrariando tal perspectiva, compreendemos o estabelecimento dos jesuítas no Guairá como a introdução de mais um agente no jogo de relações regionais. Ao chegarem, em princípios do século XVII, ocuparam um espaço no qual os grupos indígenas e os colonos, castelhanos e também portugueses, já interagiam numa dinâmica de reduções, criação de vilas, explorações econômicas e articulação de territórios através de vias de circulação. Ademais, os franciscanos já haviam atuado na região em fins do século XVI. Chama a atenção, contudo, o fato de que depois das duas primeiras missões de 1610, somente a partir de 1625 ocorreria um novo surto de reduções, agora liderado pelo padre Antonio de Montoya. Todas seguiam as beiras dos navegáveis rios regionais. Ao longo do Tibagi, São José (1625), São Francisco Xavier (1625) e São Miguel (1627); do Ivaí, Jesus Maria (1626), Santo Antonio (1627) e São Pedro (1627); do Corumbataí, São Paulo (1627), Los Angeles (1627) e São Tomé (1628); do Piquiri, a de Conceição (1627) e no Iguaçu a de Santa Maria (1626). Esta profusão de reduções tornaria ainda mais tensa a relação entre padres e moradores, pois desde o começo a questão sempre foi a procedência dos índios que seriam reduzidos. Em Loreto e Mini a maioria dos indígenas era de já encomendados ou *empadronados*, portanto eram os chamados “índios originários” já “submetidos” e a serviço dos moradores. Estes índios viviam nos *pueblos de naturales*, administrados por clérigos ou leigos e nas redondezas das *encomiendas*. Era a fonte da *mita*. Ao atrair estes índios para as reduções jesuíticas, os padres atingiram o centro dos interesses dos colonos guairenhos. Quando as Ordenações de Alfaro foram implantadas, o que contou com o amplo apoio dos jesuítas, estas transferiam qualquer queixa sobre esse assunto para a Audiência de Charcas, o que significaria uma custosa e longa pendenga burocrática.¹⁰⁷ Além disso, colocava sob a tutela do rei os chamados “índios infiéis”, não submetidos ainda, que ficariam isentos por dez anos de *mita* se aceitassem se reduzir nas missões dos padres.¹⁰⁸

As Ordenações, assim, ademais de limitarem o cumprimento das *encomiendas*, tornavam o acesso a novos índios bastante dificultado e estimulavam muitos caciques a fugirem dos antigos *pueblos* e *encomiendas* e se instalarem nas reduções dos padres que acabaram por se tornar um espaço misto, reunindo desde índios recentemente contatados até índios já cristianizados de longa data.

¹⁰⁶ Quarleri, 2009: 71.

¹⁰⁷ Aldea Vaquero, 1993.

¹⁰⁸ Jensen, 2009.

Nasceria destas primeiras missões uma disputa pelos índios “infiéis”. Apesar da proibição formal das *malocas*, os colonos organizaram entradas sob o pretexto, legal, de punir índios “antropófagos” ou promover retaliações “punitivas”, em especial contra os insubmissos Payaguá. Por outro lado, os moradores de São Paulo avançavam suas bandeiras e entradas para a atração dos índios do Guairá e, muitas destas podem ter sido empresas associadas. Em 1614 o tenente Jaime Rasquim obrigou os moradores das três vilas do Guairá a declararem a origem de seus índios, pois existia a suspeita de que moradores andavam *malocando* e trazendo índios novos e colocando-os nas *encomiendas* como se fossem índios velhos e “originários”. Em sua defesa, os moradores diziam que os índios novos eram resgatados de entradas dos “portugueses de San Pablo”.¹⁰⁹ De fato, entre 1611 e 1612 duas expedições de castelhanos do Guairá encontraram, em pleno sertão, bandeiras de paulistas e, apesar de oficialmente relatarem-se conflitos entre ambas, os índios foram nitidamente “partilhados”. Deve-se suspeitar, nestes casos, de *dares y tomares* de índios em pleno sertão. Em verdade, a presença intensa dos paulistas na região servia de mote para os colonos guairenhos questionarem a capacidade dos padres em cuidarem dos índios, e em superestimar seu próprio papel na defesa da província e dos *naturales*.¹¹⁰

Todavia, se os guairenhos usaram de subterfúgios para driblar as normas, os padres jesuítas também o fizeram. As atas do *cabildo* de Villa Rica mostram a insatisfação dos moradores diante de diversos *pueblos* esvaziados e somente a chegada do novo governador, Luis de Céspedes, daria renovado alento aos *encomenderos*.¹¹¹ Inicialmente Xeria reconheceu as novas reduções jesuíticas, mas logo foi convencido pelos moradores a voltar atrás, já que, segundo eles, as tais reduções eram formadas por índios “originários” e por muitos *tupis de San Pablo*, o que poderia ainda atrair a “fúria” dos portugueses

¹⁰⁹ Jensen, 2009. Numa visita das balsas feitas pelo general Francisco Gonzales de Santa Cruz, no mesmo ano, alguns índios de “San Pablo” foram encontrados trabalhando nos ervais e no embarque da erva mate. ANA, Civil y Criminal, 1685.

¹¹⁰ A expedição de 1611 foi liderada pelo tenente de governador Antonio de Añasco e encontrou com o morador de São Paulo, Pedro Vaz de Barros, em pleno sertão. *Anais do Museu Paulista*, 1922: 153. O segundo encontro se deu entre o castelhano Bartolomeu de Torales e o “paulista” Sebastião Preto, em 1612. “Carta de Bartolomeu de Torales a Diego Marin Negron”. *Anais do Museu Paulista*, 1922: 158. Não custa lembrar que os descendentes de Torales migraram para São Paulo em 1632.

¹¹¹ Xeria tomou posse do governo da Província do Paraguai em 1628. Entrou por São Paulo e desde o princípio de sua governação adotou o “lado” dos *encomenderos* e colonos. Cairia rapidamente em desgraça perante os jesuítas que promoveram uma ampla campanha missivista contra ele. Acabou deposto, julgado e preso.

contra a região. Mandando fazer uma averiguação dos fatos, um visitador foi enviado às reduções e nas de São Paulo, São Francisco Xavier e Encarnação os padres teriam instruído aos índios a dizerem que nunca tinham visto nenhum espanhol antes— portanto eram até então “infiéis”—, e que se colocavam como “vassalos do rei”. Contudo, o próprio visitador reconheceu vários índios de sua própria *encomienda* nas reduções.¹¹² O governador Céspedes e Xeria empreendeu largos esforços para cercear o poder dos padres e obrigá-los a devolver os índios, mas fracassou. Acabou deposto e processado. Em 1631, para sacramentar a questão, o vice-rei do Peru colocou todos os índios que viviam nas reduções dos jesuítas sob a proteção do rei.

Apesar das queixas dos moradores de Villa Rica e Ciudad Real, na balança do poder regional, os *encomenderos* e *vecinos* do Guairá perderam nitidamente seu poder. Eles tiveram a parceria inicial com os moradores de São Paulo que, livres das amarras que limitavam a ação dos guairenhos, podiam assediá-la região atraindo índios. De fato, grande parte das bandeiras atuou violentamente, mas algumas outras atraíram índios de forma pacífica, oferecendo benesses e prometendo uma série de ganhos a estes índios, que depois terminaram traídos pela sanha escravista dos paulistas.¹¹³ Curioso, nesse sentido, é que o próprio Alfaro estranhou o fato de que algo em torno de cinco mil índios tinham ido espontaneamente para São Paulo para se tornarem “escravos”, logo depois de terem sido libertados pelas Ordenanças.¹¹⁴ Outros índios simplesmente seguiram seus parentes.

De qualquer forma, as possíveis alianças e parcerias com os paulistas se tornaram inócuas na medida em que as contrapartidas guairenhas começaram a rarear. Limitados em seu poder de barganha, o confronto entre paulistas e jesuítas pelos índios se tornaria, gradativamente, o conflito maior e direto, colocando os interesses dos colonos guairenhos em segundo plano.

AS BANDEIRAS E A RETRAÇÃO CASTELHANA NO GUAIRÁ

Nos parece fundamental compreender as chamadas bandeiras de São Paulo como um fenômeno multifacetado e heterogêneo. Estas expedições armadas

¹¹² “Visita de las reducciones por el capitán Felipe Romero”, *apud* Jensen: 2009: 115-129.

¹¹³ Monteiro, 1982. Os próprios jesuítas usaram da tática de atrair os índios com presentes. O padre Justo van Suck chegou a comentar como, em 1629, atraiu uma enormidade de índios com facas, tesouras e outras “bagatelas”. Dizia ele que, com isso, ou com ferro, tecidos, erva mate e gado era possível trasladá-los para onde se quisesse.

¹¹⁴ *Anais do Museu Paulista*, 1922.

que tanto contribuíram para a construção de uma “mitologia paulista”, responderam a diversas demandas, organizaram-se de variadas formas e cumpriram funções também múltiplas. Para além de devassarem territórios inexplorados em busca de riquezas minerais, ou de descerem à força —ou não— aldeias indígenas, as expedições também percorriam caminhos já trilhados e conhecidos, carregavam mercadorias para trocas e levavam consigo personagens com objetivos insuspeitos, tais como chegar ao Peru a partir do Paraguai. Nesse sentido, não podemos enxergar o fenômeno bandeirante como uma escalada militarista uniforme e com uma missão consciente e clara de destruição dos castelhanos e expulsão jesuítica do Guairá.

A presença das primeiras bandeiras na região guairenha pode ser recuada a 1585, quando o capitão da Capitania de São Vicente, Jerônimo Leitão, adentrou o território e precisou ser socorrido pelos castelhanos do Guairá durante um cerco indígena. Entre 1602 e 1604, a bandeira de Nicolau Barreto também percorreu o espaço guairenho, voltando com muitos índios. Em 1606, os oficiais da Câmara de São Paulo lembraram ao donatário da Capitania que era possível colocar em campo trezentos portugueses juntamente com mil e quinhentos índios, “gente usada ao trabalho do sertão que com bom *caudillo* passam o Peru por terra e isso não é fábula”.¹¹⁵ Em 1607, um destes *caudillos*, Manuel Preto, voltou de Villa Rica com vários *temininós*.¹¹⁶

Entre os anos entre 1610 e 1640 a cobiça dos paulistas recaiu sobre os *carijós*, ou guaranis do Guairá.¹¹⁷ Alguns deles eram atraídos “por puras dádivas”, outros apesados violentamente e muitos outros deveriam ser negociados em pleno sertão, já que segundo o padre Montoya, os *pumberos*, ou *palomares* para os castelhanos— índios que trocavam outros índios capturados por vestidos, facas e outros objetos— formavam uma verdadeira “aduana e mesa de cambio” ao longo do rio Tietê.¹¹⁸ Nos anos de 1611 e 1612 os paulistas e guairenhos partilharam índios no sertão e, em 1613, o tenente de Villa Rica foi acusado por um morador, Antonio Cardozo, de aceitar presentes em forma de tecidos dos paulistas que haviam roubado uma redução.¹¹⁹ No ano de 1615, pelo menos duas bandeiras, a de Diogo de Quadros e a de Lázaro da Costa andaram pelo Guairá.

Em 1619, o paulista Manoel Preto apareceu em Ciudad Real com mais de vinte homens armados para cobrar “pacificamente” índios seus que teriam

¹¹⁵ *Registro Geral da Câmara de São Paulo*, 1919: 112-14.

¹¹⁶ *Atas da Câmara...* 1967, 07 de janeiro de 1607.

¹¹⁷ Monteiro, 1998

¹¹⁸ Montoya, 1996: 253.

¹¹⁹ 1613, ANA, Civil y Judicial, 1685, 2.

fugido e se refugiado nas reduções de San Ignacio y Loreto. Contou com o apoio dos moradores da vila e depois foi a Loreto, onde Montoya teria “devolvido” alguns índios, mas em San Ignacio o padre Cataldino se recusou terminantemente a fazer o mesmo.¹²⁰ Em 1624 uma bandeira com 600 paulistas, liderada por Preto, teria descido cerca de oito mil índios Tayaoba, o que atingiu diretamente os *repartimientos* dos moradores de Villa Rica.

O governador do Paraguai, Luis de Céspedes e Xeria, quando foi tomar posse do governo em 1628 entrou pela via de São Paulo e navegou pelo Tietê. O fato de ter arranjado casamento com a sobrinha do governador do Rio de Janeiro, ter adquirido um engenho de açúcar na mesma localidade; ter feito o caminho na companhia de Manoel Preto e ter atendido prontamente aos interesses dos *encomenderos*, contribuiu enormemente para que sobre ele recaísse a justificada suspeita, por parte dos jesuítas, de que estava irmanado com os paulistas e com os *encomenderos* no apresamento dos indígenas. Na esteira de sua chegada, os paulistas estavam montando uma grande bandeira, que ele mesmo presenciou.¹²¹ Organizada com quatro companhias, sob o comando de um capitão geral, mobilizou cerca de 900 colonos brancos e mamelucos e 1.200 índios. Partiram com a alegada demanda de reaver índios que fugiram de São Paulo rumo às reduções dos padres. Dentre os líderes estava o experimentado Manoel Preto.

Os paulistas ficaram cercando as reduções do Tibagi (São Francisco Xavier, Encarnação e São José) por cinco meses aprisionando índios dispersos e “infieis”, mas não ousaram atacar as missões. Os jesuítas chegaram a negociar diretamente com os bandeirantes por inúmeras vezes, mas algumas escaramuças entre índios Guarani armados e paulistas teriam acirrado os ânimos. O estopim ocorreu quando Simão Alvares localizou na redução de Santo Antonio um cacique que havia sido seu “administrado”. Tendo sua reivindicação recusada, a bandeira atacou e destruiu totalmente a missão. Na sequência passaram a atacar *pueblos* e por fim decidiram por assediar as missões de São Miguel e Jesus Maria. Diante das ameaças, os padres resolveram desmanchar as reduções de Encarnação, São Paulo, Los Angeles e São Tomé. As missões seriam brevemente restauradas para serem destruídas em 1630 pelo bandeirante André Fernandes que, sozinho, teria levado cerca de cinquenta mil índios à Santana de Parnaíba. Os ataques se sucederam a tal ponto que, em 1631, somente as duas primeiras —Loreto e Mini— ainda estavam de pé, coisa que não duraria muito tempo.

¹²⁰ ANA, Civil y Judicial, 2183, 6, *apud* Jensen, 2009.

¹²¹ Xeria chegou a fazer um auto, colhendo testemunhos do que presenciou em São Paulo e de como teria avisado a todos, inclusive os padres, em tempo hábil. *Apud* Jensen, 2009.

Durante os eventos os jesuítas acusaram os vilarriquenhos de cumplicidade com os paulistas, já que os padres e seus índios não teriam contado com nenhuma ajuda. Pelo contrário, conforme um inquérito feito em 1628, Francisco Benitez teria facilitado a passagem de tropas bandeirantes ao abandonar o comando de uma fortificação de fronteira depois de receber um bilhete dos paulistas.¹²² Numa outra oportunidade, os villariquenhos teriam ido defender uma passagem, mas como os invasores tardavam a chegar, resolveram eles próprios atacar as aldeias da região. As acusações se multiplicaram e Montoya denunciou o governador Xeria, acusando-o de prometer encher as vilas guaiarenhas com os índios sobreviventes das missões.¹²³

Os moradores das vilas do Guairá solicitavam que os padres se refugiassem perto delas, mas os jesuítas desconfiavam, justificadamente, dessa oferta. De todo modo, Montoya fingiu aceitar o pedido de Ciudad Real, mas somente para realizar seu plano de cruzar o Paraná e descer o rio, o que foi feito numa grande migração com cerca de doze mil índios. A retirada do Guairá atraiu os paulistas para as proximidades das vilas castelhanas que se viram estranguladas: sem os índios, sem os jesuítas e sem recursos.

Diante do cenário, em Villa Rica, o tenente Francisco Benitez decidiu finalmente pelo traslado da vila em duas levas, descendo em canoas o rio Ivaí até o Paraná, depois até o Salto. Os dois grupos se encontrariam em Maracayú. A vila se instalou provisoriamente em Tapuitá, próximo a uma redução e distante quatorze léguas do porto. Ali, chegaram a organizar um *cabildo*. Na ocasião, Benitez teria jurado que “yo haré de mi parte lo que pudiere por defender esto o morir en la demanda aunque se compadece mal pelear con las tripas vacias y mas contra pelotas...”¹²⁴ Por fim os moradores saíram de Maracayú e fundaram uma nova vila mais a oeste.

A população guaiarenha se dividiu entre manter-se presa às atividades nos ervais, cujas *encomiendas* foram transferidas para as novas áreas, ou optar pela migração para São Paulo. Muito moradores já possuíam vínculos com a vila portuguesa e só estreitaram ainda mais essas relações. O morador de Santana de Parnaíba, Baltazar Fernandes, tinha uma filha no Guairá, Maria de Torales, casada com o castelhano Gabriel Ponce de Leon. Ambos foram para São Paulo com um irmão de Gabriel —Barnabé de Contreras— e um cunhado, Bartolomeu de Torales. Outros, como Simão de Miño, Sebastião Peralta,

¹²² “Testimonio de autos hechos em la Villa Rica del Espiritu Santo desde el 21 de Julio al 12 de agosto de 1631 contra el capitan Francisco Benitez.”, *Anais do Museu Paulista*, 1922: 318-353.

¹²³ Jensen, 2009.

¹²⁴ AGI, Charcas, Escribania da Camara, 892A, *apud* Jensen, 2009: 286.

Ângela de Campos y Medina e seu marido Diogo Guilherme; seu irmão, o padre vilariquenho Juan del Campo y Medina; Diego Dorexo, Francisco Sanchez, Hernando Melgarejo, Gabriel Brite, Amador Gonzales, Pedro Dominguez, dentre outros, mudaram-se para São Paulo ou imediações.

A migração de muitos guairenhos para São Paulo; os trânsitos e intercâmbios entre as partes por quase oito décadas; os *dares y tomares* no auge das tensões com os padres; e a presença constante de “portugueses de San Pablo” no porto de Maracayú, são alguns fortes indícios da cumplicidade e aliança entre o mundo guairenho e vicentino para além de mirabolantes disputas fronteiriças. Nos anos de 1630, as tensões tornaram a existência das vilas castelhanas do Guairá impraticável, mas a presença dos paulistas não foi o único motivo para isso. Entre o Guairá e São Paulo existiu mais do que aventureiros em demanda de Potosí e bandeirantes em busca de indígenas em reduções. Existiu ali uma importante rede de alianças, casamentos, trocas comerciais, atravessadores e inúmeras cumplicidades. Esta teia de relações, materializada na rede de vilas, reduções, *pueblos* e espaços produtivos, e no fluxo de mercadorias e pessoas pelos caminhos, deu sentido a um espaço fronteiriço poroso, dinâmico e animado pelos intercâmbios comerciais e pelas negociações, conflitos e alianças de uma plêiade de personagens.

Por fim, parece claro que o Guairá não foi somente uma zona de trânsito colonial, mas sim de assentamento efetivo e no qual algumas importantes possibilidades foram experimentadas. Participou de um circuito comercial que articulou regiões portuguesas, castelhanas e espaços indígenas. Além disso, nessa “zona de fronteira”, para além de uma “terra sem lei”, existiu uma sucessão de encontros e desencontros entre índios, padres, portugueses e castelhanos que desencadeou uma série de relações sociais e econômicas, muitas delas oriundas exatamente da aplicação das leis e das normas. A dinâmica colonial no Guairá fez com que a transgressão e a obediência andassem juntas.

BIBLIOGRAFIA

Aldea Vaquero, Quintín, *El indio peruano y la defensa de sus derechos*, Lima, Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 1993.

Anais do Museu Paulista, 1/2ª parte (São Paulo, 1922).

Armemi, Alberto, *Ciudad de Deus y ciudad del sol. El “Estado” jesuíta de los guaraníes. (1609-1768)*, México, Fondo de Cultura Económica, 1996.

Assadourian, Carlos Sempat, *El sistema de la economía colonial: el mercado interior, regiones y espacio económico*, México, Editorial Nueva Imagem, 1983.

- Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, São Paulo, Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, 1967, volume 1-3, 2ª edição.
- Bandeirantes no Paraguai, Século XVII, (Documentos Inéditos)*, São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo, 1949.
- Barth, Fredrik, “Grupos étnicos e suas fronteiras”, P. Poutignat, *Teorias da etnicidades. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, São Paulo, Unesp, 1998: 187-227.
- Bolton, Herbert Eugene, “La misión como institución de la frontera en el septentrión de Nueva España”, Francisco de Solano e Salvador Bernabeu (coords.), *Estudios (nuevos y viejos) sobre la frontera*, Madrid, CSIC, 1991: 45-60.
- Brochado, J. P., “A expansão dos Tupi e a cerâmica da tradição policrômica amazônica”, *Dédalo*, 27 (São Paulo, 1989): 65-82.
- Caldeira, Jorge, *Mulheres no caminho do Prata*, São Paulo, Mameluco, 2006.
- Canabrava, Alice P., *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*, Itatiaia/São Paulo, EDUSP/Belo Horizonte, 1984.
- Cardozo, Efraim, *El Paraguay Colonial*, Asunción, El Lector, 1996.
- Cardozo, Ramón, *La Antigua Provincia de Guairá y la Villa Rica del Espíritu Santo*, Buenos Aires, Librería y Casa Editora de Jesús Menéndez, 1938.
- Cartas, Informações, Fragmentos históricos e sermões do Padre Anchieta*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933.
- Chagas, Nádia Moreira e Mota, Lúcio Tadeu, “O Guairá: a conquista e as relações interculturais nos territórios indígenas no Paraná, de 1500 a 1630”, Lúcio Tadeu Mota (org.), *História do Paraná: pré-história, colônia e império*, Maringá, Eduem, 2011: 35-54.
- Chaves, Julio Cesar, *Descubrimiento y conquista del rio de la Plata y el Paraguay*, Asunción, Nizza, 1968.
- Chmyz, Igor, “Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real do Guairá”, *Cadernos de Arqueologia*, 1/1 (Curitiba, 1976): 7-103.
- Chmyz, Igor, “Pesquisas arqueológicas nas reduções jesuíticas do Paraná”, *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, 15 (Curitiba, 2001): 39-58.
- Cortesão, Jaime (org.), *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras, 1951.
- Cortesão, Jaime, *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, Brasília, Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- Ellis Junior, Alfredo, *Raça de Gigantes*, São Paulo, Hélios, 1926.
- Estragó, Margarita Durán, “Conquista y colonización (1537-1680)”, Ignácio Telesca (org.), *Historia del Paraguay*, Asunción, Taurus, 2014.

- Fretes, Eduardo Amarilla, *Asuncion, ciudad madre de ciudades*, Asuncion, Imprenta National, 1942.
- Gadella, Regina Maria, *As missões jesuíticas do Itatim. Estruturas sócio-econômicas do Paraguai Colonial - séculos XVI e XVII*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- Gandia, Enrique de, *Francisco de Alfaro y la condicion social de los indios, Rio de Prata, Paraguay y Tucuman y Peru: siglos XVI y XVII*, Buenos Aires, El Ateneo, 1939.
- Garavaglia, Juan Carlos, *Mercado interno y economia colonial: tres siglos de historia de la yerba mate*, Rosario, Prohistoria ediciones, 2008.
- Garay, Blas, *História del Paraguay*, Madrid, Librería y Casa Editora, 1896.
- Gutierrez, Ramón, *As Missões Jesuíticas dos Guaranis*, Rio de Janeiro, Fundação Pró-Memória, Unesco, 1987.
- Guy, Donna J. e Sheridan, Thomas E., "On Frontiers: The Northern and Southern Edges of the Spanish Empire in the Americas", Donna J. Guy e Thomas E. Sheridan (eds.), *Contested Ground. Comparatives Frontiers on the Northern and Southern Edges of the Spanish Empire*, Tucson, The University of Arizona Press, 1998.
- Guzmán, Ruy Díaz, *Anales del descubrimiento, población y conquista del Rio de La Plata*, Asunción, Ediciones Comuneros, 1980.
- Herzog, Tamar, *Frontiers of possession. Spain and Portugal en Europe and Americas*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 2015.
- Holanda, Sérgio Buarque, "Expansão Paulista em fins do século XVI e princípio do século XVII", *Publicações do Instituto de Administração*, 29 (São Paulo, 1948): 3-23.
- Holanda, Sérgio Buarque, *O extremo oeste*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- Jensen, Carlos E. Romero, *El Guairá: caída y éxodo*, Asunción, Academia Paraguaya de la Historia/FONDEC, 2009.
- Langfur, Hal, "Frontier/Fronteira: A transnational reframing of Brazil's inland colonization", *History Compass*, 12/11 (Hoboken, Nova Jersey, EUA, 2014): 843-852.
- Lienhard, Martin (ed.), *Testimonios, cartas y manifiestos indígenas. (Desde La conquista hasta comienzos del siglo XX)*, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1992.
- Machain, Lafuente, *El gobernador Domingo Martínez de Irala*, Asunción, Academia Paraguaya de Historia, 2005.
- Martins, Maria Cristina Bohn, "Acerca da guerra e da paz nas crônicas jesuíticas das reduções: o caso da Conquista Espiritual de Montoya", *Estudos Ibero-Americanos*, 23/1 (Porto Alegre, 2007): 133-148.
- Melia, Bartolomeu, *El Guarani, conquistado y reducido: ensayos de etnohistoria*, Asunción, Universidad Católica, 1988.

- Melia, Bartolomeu (org.), *1609-2009. El comienzo de una utopia. IV Centenario de la fundación de San Ignacio Guasú*, Asunción, Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guash”, 2010.
- Monteiro, John Manuel, “Os Guarani e a História do Brasil Meridional”, Manoela C. da Cunha, *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1982: 475-498.
- Monteiro, John Manuel, *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- Montoya, Antonio Ruiz, *La conquista espiritual del Paraguay*, Asunción, El Lector, 1996.
- Mora Mérida, José L., *Historia social de Paraguay. 1600-1650*, Sevilla, CSIC, 1973.
- Moraes, Antonio Carlos Robert, *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*, São Paulo, Hucitec, 2000.
- Parellada, Cláudia, *Um tesouro herdado: os vestígios arqueológicos da cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo/Feniz-PR*, dissertação de Mestrado, Curitiba, Universidad Federal de Paraná, 1997.
- Perusset, Macarena, “Reglamentación jurídica vs. usos y costumbres en el Paraguay colonial temprano (1542-1612)”, *Antíteses*, 2/4 (Londrina, 2009): 991-1010.
- Perusset, Macarena, “Dinámicas sócio-culturales entre los grupos guaraníes frente a la violencia del régimen de encomienda. Paraguay (siglos XVI-XVII)”, *Revista Eletrônica da Anphac*, 10 (São Paulo, 2011): 146-173.
- Picanço, Jefferson de Lima e Mesquita, Maria José M. de, “O cristal, o ferro e o sal: recursos minerais do antigo Guairá (1557-1632), atual estado do Paraná”, *Terrae Didactica*, 6/2 (Campinas, 2010): 67-75.
- Prado, Fabrício, “The fringes of empires: recente scholarship on colonial frontiers and borderlands in Latin America”, *History Compass*, 10/4 (Hoboken, Nova Jersey, EUA, 2012): 318-333.
- Prezia, Benedito, *Os indígenas do planalto paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas*, São Paulo, Humanitas, 2010.
- Prous, André, *O Brasil antes dos brasileiros*, Rio de Janeiro, Zahar, 2007.
- Pusinere, Adelina e Zalazar, Raquel, “El período prehispánico”, Ignácio Telesca (org.), *Historia del Paraguay*, Asuncion, Taurus, 2014.
- Quarleri, Lia, *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata. Guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2009.
- Quevedo, Roberto, *Ruy Diaz de Guzmán. Sus obras, fundaciones y su tiempo*, Asunción, Municipalidad de Asunción, 2001.
- Raffestin, Claude, *Por uma geografia do poder*, São Paulo, Ática, 1993.
- Registro Geral da Câmara de São Paulo*, São Paulo, Typographia Piratininga, 1919, vol. II/suplemento São Paulo.

- Salas, Fray José Luis, *Villarica y los franciscanos*, Asunción, 2003.
- Schallenger, Erneldo, “Gênese do Guairá: caminhos, fronteiras e território”, Frank Antônio Mezzomo, Fábio André Hahn e Cristina Satiê Pátaro (orgs.), *Constituições de territórios paranaenses: olhares da história*, Campo Mourão, Ed. Fecilcam, 2012: 24-53.
- Schmidl, Ulrico, *Derrotero y viaje a España y las Indias*, Santa Fe, Universidad Nacional del Litoral, 1950.
- Slatta, Richard W., “Comparing and exploring frontier myth and reality in Latin America”, *History Compass*, 10/5 (2012): 375-385.
- Solano, Ramon Irala, *Vida e obra de Domingo de Irala*, Asunción, Academia Paraguaya de Historia, 2006.
- Súsnik, Branislava, *El indio colonial del Paraguay. El guaraní colonial*, Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1965.
- Taunay, Afonso, *História Geral das Bandeiras Paulistas, 10 vols.*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1924-1950.
- Vilardaga, José Carlos, *São Paulo no império dos Felipes: conexões na América Meridional*, São Paulo, Intermeios, 2014.
- Vilardaga, José Carlos, “Na bagagem dos *peruleros*: mercadoria de *contrabando* e o caminho proibido de São Paulo ao Paraguai na primeira metade do século XVII”, *Anais do Museu Paulista*, 25/1 (São Paulo, jan-abril 2017): 127-147.

Fecha de recepción: 22 de mayo de 2017.

Fecha de envío de las modificaciones: 28 de agosto de 2017.

Fecha de aceptación: 17 de noviembre de 2017.

Fronteras inestables y alianzas cambiantes: la ocupación colonial de Guairá y las relaciones entre Villa Rica del Espíritu Santo y São Paulo de Piratininga entre los siglos XVI y XVII

Este artículo busca situar la ocupación colonial de la región de Guairá, parte de la Provincia de Paraguay y el Río de la Plata, en los debates sobre fronteras, expansión y disputas coloniales en la conformación del espacio platino entre la segunda mitad del siglo XVI y la primera del siglo XVII. El objetivo es comprender la dinámica de la creación de pueblos y ciudades, la instalación de reducciones jesuitas en el mundo guaireño, las relaciones con los indígenas y los intercambios de la región con la América portuguesa, específicamente con el pueblo de São Paulo, analizando el juego de las relaciones entre los diversos agentes entrelazados en ese contexto regional. De esta forma, se quiere romper con una visión singularmente marcada por el conflicto, las rivalidades ibéricas o el vacío geográfico, entendiendo el Guairá entre los siglos XVI y XVII como un espacio dinámico, en el que se articularon grupos indígenas, portugueses, españoles y misioneros en importantes y cambiantes tratos y alianzas.

PALABRAS CLAVE: *Guairá; Paraguay colonial; historia conectada; frontera.*

Unstable borders and changing alliances: the colonial occupation of Guairá and the relations between Villa Rica del Espíritu Santo and São Paulo de Piratininga between the sixteenth and seventeenth centuries

This article seeks to situate the colonial occupation of the region of Guairá, part of the Province of Paraguay and the Rio de la Plata in the debates about frontiers, expansion and colonial disputes in the platinum space between the second half of the sixteenth century and the first half of the seventeenth. It seeks to understand the dynamics of the creation of cities and towns, the settlement of Jesuit reductions of the Guarani, relations with the Indians and the region's exchanges with Portuguese America, specifically with the town of São Paulo, analysing the relationships between the various agents involved in that regional context. By so doing, it looks to break away from a vision marked only by conflict, Iberian rivalries and geographical emptiness, and to understand Guairá in the sixteenth and seventeenth centuries as a dynamic space, in which indigenous, Portuguese, Spanish and missionaries groups interacted by means of significant and shifting deals and alliances.

KEY WORDS: *Guairá; colonial Paraguay; connected history; frontier.*
